

BERNARDO MANÇANO FERNANDES
LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS
MARIA IGNEZ PAULILO
(Orgs.)

Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas

A diversidade das formas
das lutas no campo

volume 2



editora
unesp

5

MOBILIZAÇÃO CAMPONESA NO SUDESTE PARAENSE E LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA

William Santos de Assis

INTRODUÇÃO

O presente texto visa analisar o processo recente de mobilização dos camponeses do sudeste paraense na luta pela reforma agrária nos anos 90. A expressão máxima dessa mobilização foram as ações coletivas reconhecidas como os “Grandes Acampamentos”, que reuniram mais de 40 mil pessoas e tinham por objetivo pressionar o Estado (nos seus diferentes níveis) a executar um conjunto de políticas públicas para o meio rural, especialmente a de reforma agrária. Quando tratamos de reforma agrária neste texto, interessa-nos menos definir de que reforma agrária se trata e mais do que ela “significa” para os protagonistas envolvidos no debate e nas ações a ela relacionadas.

Os fenômenos coletivos, qualquer que seja sua intensidade, são uma marca que atravessa a formação das sociedades no decorrer dos tempos. Como surgem, quais mudanças provocam, quem se envolve, como se envolvem, tem sido uma preocupação de pesquisadores de várias disciplinas. A ação coletiva já esteve associada, frequentemente, a uma situação de crise do sistema em algum de seus aspectos (social, econômico, político). Por esse tipo de abordagem, convencionou-se tratá-la como uma patologia social (Melucci, 2001, p.33). No entanto, os acontecimentos dos anos 60, em nível mundial, impulsionaram uma discussão muito rica em torno das principais teorias destinadas a analisar os fenômenos coletivos. Como mostra Ledesma (1994), desde então, pesquisadores de diferentes disciplinas investiram em estudos sobre a capacidade de mobilização de diferentes grupos sociais e as manifestações geradas a partir de suas ações.

O resultado dessa rica discussão parece ter sido a abertura de um leque grande de possibilidades de análises das ações coletivas. Certamente, as abordagens que enfatizavam a presença de atores/personagens, no sentido atribuído por Melucci (2001), não mais se mostram apropriadas para responder às questões relativas aos fenômenos coletivos atuais. Hoje, existem diversas aproximações entre diferentes abordagens. Para Melucci (2001) e Touraine (1999), pelo menos três componentes são necessários para se definir um fenômeno social como uma ação coletiva: uma identidade; um adversário claramente definido no campo social onde se desenvolve a ação; e um campo comum de disputa. Esses três componentes permitem diferenciar uma ação coletiva de outras ações sociais como conduta de agressão, violência política, dentre outras.

Comerford (1999), analisando a documentação da imprensa militante e dos veículos tradicionais de comunicação nas últimas décadas, identificou um conjunto de formas de ação coletiva como ocupação de propriedades rurais, públicas ou privadas; acampamentos em beira de estradas, praças e locais públicos; romarias e caminhadas; bloqueio de estradas; passeatas; ocupação de órgãos públicos; celebrações religiosas; assembléias, reuniões e festividades variadas. Essas formas de ações coletivas tornaram-se recorrentes no universo de ação dos movimentos sociais rurais nas últimas décadas, constituindo o que Tilly (1981) chama de repertório de ações coletivas. Comerford verificou ainda que essas formas de ação podem acontecer separada ou simultaneamente. A noção de repertório de ações será útil para o entendimento das mobilizações no sudeste paraense.

Para a elaboração deste texto, a principal fonte das informações foi o dossiê organizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Regional Sudeste do Pará (FRS),¹ intitulado *Acampamento dos trabalhadores rurais na superintendência do Incra de Marabá*, e entrevistas com lideranças sindicais e assessores que participaram das ações coletivas. O dossiê reúne documentos veiculados na imprensa de circulação local, estadual e nacional; documentos produzidos pelos organizadores da ação; documentos emitidos pelos órgãos governamentais; documentos de apoio ao acampamento; pauta de negociação e documento de avaliação da ação. Além dessa fonte de informações, utilizei uma série de notas pessoais acumuladas durante o período de duração da ação.²

¹ Agradeço às duas instituições citadas por me fornecerem cópia completa desse dossiê.

² Tive a oportunidade de participar de diversas reuniões e acompanhei todo o desenrolar da ação. Minhas funções de docente-pesquisador do Núcleo de Estudo Integrados sobre Agricultura Familiar (Neaf) do Centro Agropecuário (CA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e o trabalho em parceria com o movimento sindical da região, me permitiram um acompanhamento privilegiado, inclusive, com acesso a informações de circulação restrita.

O CONTEXTO REGIONAL

A região de Marabá tornou-se, nos últimos cinqüenta anos, o centro político e econômico regional mais importante das regiões sul e sudeste do estado do Pará. A riqueza dos recursos naturais e a relativa ausência de domínio particular sobre as terras sempre funcionaram como atrativo, seja para políticas governamentais de ocupação do espaço e exploração do território e suas riquezas, quanto do capital nacional e estrangeiro. Nos primeiros anos de ocupação pelo “homem civilizado”, os índios de várias denominações tiveram que abandonar suas áreas, pressionados quase sempre pela força das armas ou dizimados por doenças trazidas pelo invasor.

A economia extrativa marcou definitivamente a presença do capital comercial na região (Ianni, 1979). O alvo era a exploração do látex de caucho e, depois, da castanha e de pedras preciosas, principalmente cristal de rocha e diamantes (Höhn, 1996). A marca das iniciais do patrão nas árvores de caucho representa o quanto a posse dos recursos naturais era motivo de disputa.

Por força de um conjunto de políticas governamentais, o sul e sudeste experimentaram, a partir dos anos 60, uma verdadeira transformação do ponto de vista social, econômico e ambiental. A implantação de uma infraestrutura básica regional consolidou a presença do Estado pela fixação de órgãos da administração federal e estimulou fluxos migratórios de pessoas e empresas. Camponeses de várias unidades da federação para lá se dirigiram, atraídos pela possibilidade de conseguir terra e, em geral, para escapar da dominação à qual estavam submetidos nas suas regiões de origem.

A presença do Estado na região sempre foi simbolizada pela ação de algum órgão de função estratégica. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e depois o Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins (Getat) são exemplos disso, além do Exército, que combateu militantes políticos na década de 1970. Por meio dessas instituições, direta ou indiretamente, eram canalizadas iniciativas governamentais que marcariam definitivamente o espaço físico e social regional.

Ao mesmo tempo em que incentivaram a migração massiva de famílias de agricultores de outras regiões, as políticas implementadas criaram as condições para a instalação das grandes empresas agropecuárias e de latifúndios de propriedade individual. Com os Programas Integrados de Colonização (PICs) e do Projeto Fundiário (PF), a partir da década de 1970, o espaço do sul e sudeste paraense foi retalhado e distribuído, em muitos casos, sem se considerar a existência da população local, recursos existentes e implicações ambientais.

Na década de 1970, quando o Incra foi criado e iniciou sua atuação na região, a economia regional, baseada no extrativismo vegetal, perdia força,

em função da diminuição do preço no mercado internacional e perda de competitividade frente a outras atividades econômicas (Homma et al., 2000). Visando a integração econômica da região, o governo reforçou as políticas de incentivo à instalação de grandes empresas agropecuárias; ampliou os mecanismos de atração para o capital nacional e internacional; incentivou a mineração em grande escala e implementou projetos de colonização. O fluxo de chegada de famílias dispostas a conseguir terra aumentou. Os migrantes, principalmente os pequenos agricultores, se dirigiam tanto para as áreas de colonização oficial quanto para áreas consideradas devolutas, onde ainda não existia previsão de instalação de projetos de assentamentos.

A abertura dos grandes eixos viários como a Belém–Brasília e a Transamazônica permitiu a penetração, para cada vez mais longe, de famílias de agricultores, fazendeiros e empresas em busca de terra, e expôs as áreas de floresta à ação das madeireiras, pecuaristas e agricultores. O espaço regional foi retalhado em grandes glebas e pequenos lotes, e a paisagem sofreu modificações rapidamente. A floresta foi substituída por pastagens, por áreas cultivadas com culturas anuais e permanentes, com abertura de áreas para a mineração e com reflorestamento por meio de espécies exóticas.

Segundo Hébette (2004), a remodelagem do espaço regional é produto do confronto entre atores socialmente competitivos. Camponeses, fazendeiros, madeireiros, comerciantes, mineradores o disputavam, utilizando-se de diferentes instrumentos e meios, distribuídos assimetricamente entre os diferentes atores gerando pólos mais e menos favorecidos pelas ações do Estado. O conjunto de políticas do Estado favoreceu o latifúndio, que se constituiu, além dos meios legais, pela violência, força e grilagem de terras.

Segundo dados do IBGE, a região sul e sudeste do Pará tinha, em 2000, uma área de 281.340 km² e uma população de 1.097.661 habitantes (IBGE, 2000). Hébette (2004), baseado em dados do Censo Demográfico, mostra que, em 1960, a população dessa mesma região era de 41 mil habitantes. Durante essas décadas, Marabá se fortaleceu como centro político administrativo regional e as principais políticas governamentais destinadas à região passavam por órgãos sediados nesse município. As transformações políticas e econômicas dos anos 90 atingiram a dinâmica regional e a luta pela terra e contra a violência no campo tomou novo impulso.

O movimento sindical se fortaleceu e novos atores se constituíram. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) começou a atuar na região, cresceu o número de Associações de Produtores e de Centrais de Associações e surgiram organizações de representação com atuação regionalizada como a Federação dos Trabalhadores Rurais da Regional Sudeste do Pará (FRS)³ e a Federação de Centrais de Associações (Fecap).⁴ Consórcios

³ A Fetagri Regional Sudeste é composta por dezessete municípios.

⁴ A área de abrangência da Fecap não era claramente definida.

municipais também foram criados como a Associação dos Municípios do Araguaia Tocantins (Amat) e organizações de representação patronal, como o Sindicato Rural que representa os pecuaristas, também se fortaleceram.

Nesse contexto, cada ator social desenvolveu seus próprios mecanismos para disputar os diferentes recursos do meio social, econômico e ambiental. Os camponeses, que formavam historicamente um pólo menos favorecido no espaço social nacional e regional, foram alvo de violências, desacreditados e preteridos pelas políticas governamentais. Apesar disso, se constituíram em atores sociais de grande importância.

Segundo De Reynal (1999), referindo-se a uma amostra de seis municípios, a agricultura familiar ocupava, em meados da década de 1990, 42% do território regional. Segundo Oliveira (2003), no final de 2003, a região registrava 381 projetos de assentamentos, 80 mil famílias assentadas e investimentos na ordem de R\$ 96 milhões. Segundo informações da Fetagri Regional, em 2004 havia ainda uma área em torno de 160 mil hectares em situação de conflito fundiário. Esses dados mostram a força das organizações camponesas e seus afiliados no cenário sociopolítico-econômico regional. São as ações coletivas recentes desses atores que nos interessam neste texto.

DA SOLIDARIEDADE DOS GRUPOS FAMILIARES E VIZINHOS À CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

O camponês do sudeste paraense, na sua maioria migrante, desenvolveu diferentes estratégias de lutas nas últimas três décadas. Segundo Hébette (2002), suas primeiras ações foram fortemente marcadas pelas relações primárias de parentesco e vizinhança. Para garantir a terra que acalentava o sonho que originou o processo de migração, tinha que se lutar por ela. Sem organizações formais fortes, a solidariedade interna dos grupos era a base da resistência e das estratégias.⁵

Muitos camponeses migraram em grupos e se juntaram a familiares já instalados; outros se dispersaram pela região e, portanto, tinham que recompor seus laços de solidariedade no novo contexto. Os espaços de socialização, como pequenos comércios, igrejas, campos de futebol e salões de festa, foram aos poucos surgindo. Até os rituais comunitários como festas civis e religiosas, batizados e casamentos tiveram que ser reconstruídos (Hé-

⁵ Estudos de vários autores revelam a variedade de formas de ações coletivas desenvolvidas pelos camponeses na Amazônia brasileira, em geral, para garantir a posse da terra. Podemos encontrar descrições dessas ações em Musumeci (1988); Leroy (1991); Hébette (1985, 1997, 2000); Guerra (2001); Tura (1996); Da Mata e Laraia (1979); Martins (1986); Esterci (1987); Ianni (1979); Emmi (1999) e Guerra e Acevedo (1990).

bette, 2004). Agora, num ambiente mais complexo envolvendo diferentes tradições culturais, baianos, cearenses, capixabas, maranhenses, potiguares, mineiros e outros, impulsionados pela necessidade, tinham que misturar seus rituais e suas crenças, criando novas formas de coesão para enfrentar o ambiente hostil. Segundo Hébette (2004), a vida do camponês migrante que se tornou posseiro não era facilitada em nada no novo ambiente.

Na prefeitura, na delegacia de polícia, o migrante pobre é ninguém; ainda mais em tempo de ditadura. No Incra, se não fosse assentado pelo órgão, passava facilmente por invasor. No próprio Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), em tempo de repressão, o lavrador com problema de terra incomodava os dirigentes; o presidente era homem do Incra, da prefeitura, quando não de algum fazendeiro (Hébetete, 2004, p.193).

A reconstrução de solidariedades com o apoio da Igreja Católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), foi o cimento da coesão nos tempos das primeiras ocupações de terra bem como no período da repressão do regime militar (Almeida, 2006). Apesar de eficientes no caso de ação localizada, os laços primários não ajudavam nas ações de maior envergadura. As pastorais foram incentivadoras da organização sob diversas formas. Os sindicatos não inspiravam confiança devido ao alto grau de sujeição a órgãos como o Incra e, tempos depois, ao Getat. Nesse contexto, as associações se tornaram uma opção com maior autonomia e dinamicidade. A permanência na terra dependia dessa coesão, da capacidade de liderança de alguns chefes familiares, da capacidade de mobilização e do enfrentamento direto com os opositores, como mostra Hébetete (2004):

Houve casos em que os posseiros tiveram que ficar em pé de guerra para enfrentar a violência dos latifúndios; entrincheiravam-se durante semanas. Só trabalhavam em regime de mutirão, homens e mulheres, jovens e adultos unidos: uns na roça, outros na vigia, outros na cozinha. Outros associados de lugares diversos levavam-lhes comida, roupa, remédios e dinheiro. A solidariedade surgia como exigência da luta. (Hébetete, 2004, p.194)

Foi pela capacidade de auto-organização dos camponeses e posseiros que a ocupação de latifúndios e terras devolutas ocorreu. Apoiados pelas pastorais da Igreja Católica, pelas CEBs, pelos militantes de partidos de esquerda e organizações da sociedade civil como a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), os camponeses organizaram oposições sindicais e assumiram, aos poucos, o controle de diversos sindicatos.

Apesar de suas práticas assistencialistas,⁶ os sindicatos possibilitavam outra dimensão à luta camponesa. Por meio do intercâmbio com sindicalis-

⁶ Entendemos por práticas assistencialistas um conjunto de práticas sindicais que se restringiam a repasses de benefícios advindos da ação governamental como assistência médica e odontológica. Essa assistência era caracterizada como uma ação dos sindicatos e não como um dever do Estado.

tas rurais de outras regiões e com o sindicalismo urbano, que buscava uma renovação de suas práticas, o sindicalismo rural pôde dinamizar o processo de organização e mobilização. O *status* oficial dos sindicatos permitia ações mais ousadas dos camponeses. No entanto, os perigos continuavam os mesmos ou piores. Ser alçado à presidente de um sindicato quase sempre implicava em risco de sofrer um atentado. Na década de 1980, do total de assassinatos no campo (1.372), 35% (482) ocorreram no Pará. Muitos dos assassinatos eram de lideranças de ocupações e sindicalistas.

A luta pela terra, que era fragmentada, passou a ter um ponto de convergência com os sindicatos, sendo assumidos por dirigentes vindos das CEBs e dos conflitos. Em função do dinamismo que impunham, eles passaram a ser o principal interlocutor do Estado. A garantia de permanência na terra de grande parte dos camponeses envolvidos em conflitos fundiários não significava, no entanto, o fim da luta pela terra. Dos sindicatos exigia-se a atuação em diferentes frentes: na condução da discussão dos fatores de permanência na terra; na continuidade da luta pela terra para camponeses sem terra e para milhares de chegantes; na condução de estratégias de enfrentamento dos modelos de desenvolvimento propostos para a região.

Nos anos 90, o campo da representação dos camponeses se ampliou. Novas entidades representativas surgiram e buscaram se legitimar no processo de negociação na arena de disputa das políticas públicas. O MST se consolidou na região a partir do início da década. Centrais de associações e uma federação de associações foram criadas um pouco mais tarde. O movimento sindical promoveu modificações visando manter a hegemonia da representação, redefinindo sua unidade organizativa de base e criando estruturas regionais. As delegacias sindicais deram lugar às associações e os STRs se articularam numa estrutura regional denominada Fetagri Regional Sudeste (FRS).⁷ A disputa interna no campo da representação camponesa não impediu a definição de uma estratégia comum de ação frente à política de reforma agrária (Assis, 2007).

AS MOTIVAÇÕES PARA MONTAR OS ACAMPAMENTOS

Após a criação da Superintendência do Incra⁸ em Marabá (SR 27/E), em 1996, a indicação do gestor local foi cercada de expectativas. Existia uma

⁷ Atualmente os 133 STRs do estado do Pará estão organizados em nove regionais.

⁸ A morte de dezenove trabalhadores na curva do “S”, município de Eldorado dos Carajás, em abril de 1996, exigiu do governo federal uma tomada de posição em relação aos graves conflitos fundiários na região. A criação da superintendência do Incra (SR 27/E) de Marabá foi uma resposta do governo à forte pressão nacional e internacional motivadas pelo massacre de Eldorado dos Carajás.

preocupação grande por parte do movimento sindical e do MST em relação ao nome indicado para esse cargo. Segundo o governo, o critério para escolha do superintendente seria o da eficiência técnica, uma vez que a situação requeria um profissional com comprovada qualificação para desempenho de funções gerenciais, que não passasse uma idéia de vinculação com a política local. O nome indicado foi o de um quadro de carreira com experiência de trabalho em outro estado da federação: Petrus Emile Abi-Abib, oficial da reserva do Exército brasileiro e funcionário do Inbra do Paraná. Como era de se esperar, numa região onde os políticos e a elite econômica local determinavam historicamente a ação dos gestores públicos, o superintendente foi logo envolvido no sistema político e de poder local. O discurso da eficiência técnica passou a ser um escudo para uma forma autoritária e unilateral de o superintendente tratar a questão fundiária regional.

Durante os primeiros meses de criação da SR 27/E, o movimento sindical e o MST buscaram o diálogo com o superintendente na tentativa de apresentar uma pauta de reivindicações com base nos principais entraves para a reforma agrária na região. Algumas vezes foram recebidos por ele, apresentaram reivindicações e firmaram alguns acordos. Porém, os acordos não foram cumpridos ou o foram de forma parcial. Na medida em que o movimento sindical e o MST procuravam explicação para o não-atendimento de demandas, o diálogo se fechava. Se, por um lado, o gestor local não demonstrava interesse em dialogar com as entidades de representação dos camponeses, por outro, se aproximava cada vez mais das prefeituras locais, políticos e fazendeiros, o que fazia aumentar o descontentamento dos primeiros.

Essa aproximação se materializava nas freqüentes concessões de audiências com prefeitos, deputados e advogados representantes de fazendeiros. Nas audiências com políticos locais, se decidiam a destinação de recursos e as ações prioritárias. Tanto o movimento sindical quanto o MST reivindicavam o direito de serem ouvidos nessas tomadas de decisão. Outra materialização dessa colaboração estreita entre o órgão gestor e políticos locais era a permissão dada a políticos para afixar propaganda de seus mandatos (fotos, anúncio de emendas parlamentares, obras etc.) junto às placas informativas das obras realizadas pelo Inbra.⁹ As propagandas do mandato coladas às placas das obras do Inbra tinham uma intenção deliberada de ligar essas obras aos políticos.

A primeira demonstração coletiva de descontentamento dos sindicatos da região articulados pela Fetagri Regional aconteceu por volta de maio de 1997. O enterro de um caixão simbolizando o Inbra e a política de reforma

⁹ No sul do Pará, no município de Santa Maria das Barreiras, era comum encontrar placas de propaganda política do deputado federal Giovanni Queiroz (PDT) coladas às placas informativas das obras do Inbra.

agrária do governo Fernando Henrique Cardoso foi acompanhado por dezenas de dirigentes sindicais e agricultores representando diversos municípios, vereadores de partidos de esquerda da região, deputados estaduais e federais e representantes de entidades de apoio.¹⁰

... e nós fizemos uma manifestação lá na superintendência que nós fizemos o enterro simbólico daquela política de reforma agrária pra trás. Então nós pegamos cruz, um monte de cruz...¹¹ Então nós fizemos o enterro simbólico. Nós pegamos um caixão assim de uns três metros, cavamos dois metros de chão e enfiamos na frente do Incra. Foi em abril isso, reunii umas 2000 pessoas (Entrevista com dirigente sindical, em 9 de setembro de 2004). [sic]

Depois, os manifestantes realizaram uma passeata pelas ruas da cidade fazendo paradas em frente a instituições como o Banco do Brasil, o Banco da Amazônia e o INSS. Se esse ato simbólico não surtiu efeito de modificar a forma de atuação da instituição, nos dirigentes sindicais despertou um sentimento de encorajamento para mudar seu modo de ação, a essa altura já influenciada pela ação do MST.

Desde 1990, o MST estava atuando na região¹² e fazendo contatos freqüentes com o movimento sindical. Em 1992, próximo a Marabá, 541 famílias ocuparam a fazenda Rio Branco e sete lideranças do MST foram presas acusadas de organizar e fomentar ocupações de fazendas. No ano seguinte, as famílias foram assentadas e os sem-terra passaram a fazer parte do cenário político regional. Entre 1993 e 1996, o MST realizou um forte trabalho de base em várias cidades da região, ocupou várias fazendas e participou ativamente do debate político sobre reforma agrária. As mobilizações do ano de 1996 em torno do massacre de Eldorado dos Carajás aproximaram as lideranças sindicais das lideranças do MST.

Após o protesto, a resistência do superintendente em dialogar com as entidades representativas dos camponeses aumentou. Isso levou os representantes do movimento sindical da região, com apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag),¹³ de parlamentares da bancada federal do Pará e representantes da CPT nacional, a formalizarem em audiência com o presidente do Incra Nacional um pedido de afastamento do superintendente. Essa audiência aconteceu no dia 25 de agosto de 1997 e, após uma exposição dos motivos por parte dos dirigentes sindicais, o presidente nacional do órgão se comprometeu a transferir o superintendente, em

¹⁰ Devido a divergências entre o MST e o Movimento sindical, essa ação foi organizada sem a participação do primeiro. O MST vai se integrar à ação posteriormente.

¹¹ Fazia um ano do massacre de Eldorado dos Carajás e as cruces simbolizavam os mortos.

¹² A primeira ocupação do MST foi realizada no município de Conceição do Araguaia com apoio de militantes do Maranhão e Piauí.

¹³ Na época, o vice-presidente da Contag era Avelino Ganzer, uma liderança sindical do estado do Pará.

um prazo máximo de vinte dias. Ao ser comunicado da transferência, este solicitou uma audiência com o ministro Raul Jungmann e acionou um grupo de deputados e prefeitos da região para fazer sua defesa.¹⁴ Na audiência, em 18 de setembro de 1997, o ministro desconsiderou o compromisso do presidente do Incra Nacional e manteve Petrus Emile no cargo.

O episódio serviu para que as entidades representativas entendessem que as elites locais ainda tinham força política junto ao governo. Sentindo-se reforçado e apoiado pela decisão ministerial, o superintendente passou a utilizar a imprensa local¹⁵ para desqualificar as reivindicações do movimento sindical e do MST e, em contrapartida, exaltar a ação da SR 27/E no processo de reforma agrária. No dia 15 de outubro de 1997, um jornal local estampou a seguinte manchete: “Incra diz que falta sem-terra para assentamentos” (CPT e Fetagri, 1997). A superintendência buscou, por meio da imprensa, fazer crer à sociedade que as atividades da instituição estavam surtindo efeito no mais grave problema regional, os conflitos pela posse da terra. Escolheu três aspectos, no mínimo polêmicos, para apresentar à sociedade os impactos do seu primeiro ano de atividade da SR 27/E: a) o número de famílias assentadas; b) a necessidade de diminuir o módulo para reforma agrária na região; e c) o anúncio do fim de sem-terras na região.

Em relação ao número de famílias assentadas, o superintendente afirmava que a meta do Incra para aquele ano era de 10 mil famílias, e já havia assentado 8.400. Houve uma reação por parte do movimento sindical e MST em relação a esses números. Segundo os dirigentes da Fetagri Regional, muitas das áreas que estavam sendo contabilizadas como novos assentamentos eram, na verdade, áreas ocupadas nas décadas de 1970 e 1980, e a SR 27/E apenas fizera o cadastramento das famílias, ou seja, a maioria das áreas não foi desapropriada no exercício 1997.¹⁶ Esse fato foi registrado em todo o país, como mostra Fernandes (2005). Algumas dessas áreas estavam com mais de dez anos de ocupação e ainda não tinham recebido nenhum tipo de assistência do Incra. Segundo dados da CPT e FRS, em 1999 existiam 59.223 famílias assentadas em 250 projetos de assentamento na região. Desse total, apenas 29% havia recebido crédito alimentação, 31% fomento, 12% habitação, 12,5% Proceca. Apenas 11% das áreas haviam sido demarcadas e 10% receberam algum tipo de assistência técnica (CPT e Fetagri Regional, 1999).

Em relação à necessidade de diminuição do tamanho do módulo rural, a justificativa vinha ancorada num discurso sobre a necessidade de uso

¹⁴ Entre os deputados estavam Giovanni Queiroz (PDT), Asdrúbal Bentes (PMDB) e Olávio Rocha (PSDB), parlamentares considerados pelo MSTR como inimigos da reforma agrária.

¹⁵ Marabá tem dois jornais de circulação regular, o *Correio do Tocantins* e o jornal *Opinião*.

¹⁶ Um exemplo é o caso da fazenda Ubá, palco de uma chacina, no município de São João do Araguaia, ocupada desde 1985.

intensivo da terra e abandono dos sistemas tradicionais. Certamente, o gestor local se baseava na experiência de agricultura do Centro-Sul do país, local de sua origem, sem se preocupar com os aspectos ambientais, culturais e sociais, característicos da Amazônia. Também estava embutida nesse raciocínio uma visão técnico-burocrática em relação à capacidade de resposta do órgão às metas propostas pelo governo. De forma autoritária, o novo módulo de 25 hectares passou a ser a referência para o cálculo da capacidade de assentamento nas áreas que se pretendia criar novos projetos de assentamentos. Com esse artifício, se duplicava a capacidade de assentamento das áreas em conflito, já que o módulo anterior era de 50 hectares. Dois casos foram ilustrativos dessa discussão. Segundo a SR 27/E, a fazenda Bradesco¹⁷ teria uma capacidade de assentamento para aproximadamente 2.500 famílias e a fazenda Bamerindus¹⁸ um pouco mais de 2 mil famílias, e isso seria suficiente para atender a demanda de sem-terra da região. Para a Fetagri e o MST, a capacidade de assentamento das duas áreas era de aproximadamente 1.700 famílias, considerando o módulo de 50 hectares. Com essas afirmações, a direção da SR 27/E procurava negar o número apresentado pela Fetagri Regional Sudeste e pelo MST e, ao mesmo tempo, convencer a população do sucesso da reforma agrária na região. Tanto o movimento sindical quanto o MST consideravam a redução do módulo uma imposição descabida e tecnicamente questionável.

Com base nos números de famílias assentadas, aproximadamente 8 mil em menos de um ano, a direção do SR 27/E assegurava que não existia mais demanda por terra no sul e sudeste do Pará. A superintendência sustentava também que as famílias que estavam nas áreas ocupadas, fossem elas organizadas pelo movimento sindical ou pelo MST, não tinham perfil para serem assentadas. Em entrevista ao jornal *O Liberal*, afirmava que apenas 10% dos nomes apresentados pela Fetagri e MST eram clientes da reforma agrária e dizia, referindo-se à lista: “O resto era composto por donas de casa, desempregados e estudantes. A reforma agrária não é solução para o desemprego” (CPT e Fetagri, 1997). Essa afirmativa se baseava no fato de muitas famílias estarem desenvolvendo atividades nas áreas urbanas (pedreiros, açougueiros, mecânicos etc.) e até mesmo na área rural (empregados em fazendas).

No entanto, estimativas feitas pelo movimento sindical e CPT, com dados levantados junto a dezesseis STRs da região, mostravam o aumento das ocupações nos anos de 1995, 1996 e 1997. Segundo dados dessas instituições, o número de ocupações nesses três anos somavam 37, envolvendo 3.399 famílias, conforme mostra quadro a seguir.

¹⁷ Localizada no município de Conceição do Araguaia (sul do estado), com 63 mil hectares.

¹⁸ Localizada no município de Parauapebas (sudeste do estado), com 59 mil hectares.

Quadro 1: Ocupações em 1995, 1996 e 1997

Ano	Nº de ocupações	Nº de famílias envolvidas
1995	08	882
1996	14	2.517
1997	15	4.497

Fonte: CPT e Fetagri.

Esses fatos contribuíram para a decisão de uma ação de massa, como forma de forçar a superintendência a receber e a reconhecer as entidades representativas. A partir desse momento, o movimento sindical, com apoio da CPT, iniciou um trabalho junto aos sindicatos e às famílias tanto das áreas de ocupação antigas (posseiros com mais de dez anos) quanto das mais recentes. O objetivo era de acumular um debate em torno da atuação da Superintendência e de suas prioridades de ação.

OS GRANDES ACAMPAMENTOS COMO FORMA DE LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA

O acampamento não era de toda uma forma de ação desconhecida das lideranças sindicais e era muito conhecida do MST. Nos anos 80, o movimento sindical da região sudeste do Pará, juntamente com entidades de apoio, havia realizado acampamentos de longa duração para reivindicar o reassentamento de famílias desalojadas pelo lago da hidrelétrica de Tucuruí. Esses acampamentos deram origem ao Movimento em Defesa da Vida (MDV), que reunia entidades representativas dos camponeses, de trabalhadores urbanos, entidades de apoio e partidos políticos. No caso do MST, o acampamento é parte da estratégia de socialização política das famílias que integram o movimento. Na primeira metade da década de 1990, o MST já havia realizado acampamento na unidade avançada do Inbra em Conceição do Araguaia e em Marabá.¹⁹ No entanto, os acampamentos da segunda metade dos anos 90, além de reunir o movimento sindical e o MST, apresentavam outras características que os tornam peculiares.

A montagem de um acampamento nas proporções dos realizados no sudeste paraense é uma tarefa complexa, que exige um intenso trabalho de preparação. Três dimensões se mesclam: uma primeira, material e física, envolve questões como número de pessoas que devem ser mobilizadas, a quantidade de alimento a ser coletada, a quantidade de material para construção de barracas, a definição dos meios de transporte e viabilização

¹⁹ Em 1992, após violento despejo da ocupação da fazenda Rio Branco, o MST levantou o primeiro grande acampamento massivo na região. Em 1993, o MST ocupou a Unidade Avançada do Inbra em Conceição do Araguaia.

da estrutura física no local do acampamento, dentre outras. A segunda, mais estratégica, compreende a definição dos temas e das reivindicações, das alianças, dos tipos de manifestações que serão feitas, os órgãos públicos que serão abordados etc. Uma terceira dimensão é transversal às outras duas: a construção de uma identidade e de símbolos.

O processo pode levar meses até a sua realização. Do ponto de vista da sua dimensão física, segue um mesmo padrão, com pequenas variações em função do período do ano. Do ponto de vista estratégico, depende do desenrolar dos acontecimentos políticos e das negociações entre entidades de representação e executores dos órgãos públicos. Do ponto de vista simbólico, depende da reação que os outros atores do campo político esboçam durante o processo.

Foram realizados quatro grandes acampamentos. O primeiro em novembro de 1997, próximo à data do aniversário de um ano de criação da SR 27/E. O segundo, entre os meses de abril e maio de 1999. O terceiro, durante o mês de julho de 2000, e o quarto, em março de 2001. As datas não necessariamente coincidiram com o calendário nacional de luta dos movimentos sociais rurais. A definição foi menos em função da agenda nacional e mais de acordo com os fatos políticos, e com o processo de negociação entre os movimentos e os órgãos públicos no espaço regional. Os acampamentos estavam voltados mais para as questões regionais sem, no entanto, estar totalmente apartados dos acontecimentos nacionais. A relação da FRS com a Contag, CUT, entidades de apoio, coordenação nacional da CPT, coordenação nacional do MST e parlamentares em nível estadual e federal, quebrava as barreiras do local e incorporava elementos da luta social em nível nacional.

Em meados de outubro de 1997, já havia indicações de uma ação forte como forma de pressionar o Incra/Marabá a negociar as principais reivindicações dos camponeses da região. Em carta de circulação interna aos STRs e associações da região, a FRS já apontava para o tipo de ação que se pretendia realizar, como mostra o seguinte trecho da carta convocatória.

A proposta de cada sindicato e associações tem sido de que devemos fazer uma *ação de massa*, montar um *acampamento na sede da superintendência* (do Incra) para forçarmos a negociação de toda a pauta. (Fetagri, 1997)

Nessa altura, a FRS já tinha uma sinalização dos STRs e associações quanto a uma ação de maior impacto. Nessa mesma carta, a FRS já apontava o indicativo de início do acampamento para o dia 9 de novembro. A carta alertava para a sua duração: “Pode ser de três dias ou três semanas, vai depender do andamento das negociações”. Havia também orientações sobre o processo de mobilização que os STRs deveriam fazer nos assentamentos e das áreas ocupadas. Além disso, apontava providências para o momento da montagem do acampamento:

Cada sindicato montará sua própria cozinha e se responsabilizará pela manutenção de seus companheiros. Por isso, é preciso fazer um trabalho nas áreas para que os trabalhadores tragam arroz, feijão, farinha para ficar o tempo que for necessário. Durante o acampamento, as entidades (ONGs de apoio e assessoria) vão ajudar com transporte e outros gastos. (Fetagri, 1997)

De meados de outubro até a primeira semana de novembro, intensificaram-se as visitas aos municípios e os contatos por telefone, fax e cartas circulares, com conteúdos direcionados aos temas centrais da pauta de negociação e ao processo de organização da ação. Uma das cartas direcionadas aos dirigentes e sócios das associações terminava com a seguinte chamada:

Vocês que estão em áreas de ocupação e querem que ela seja desapropriada e transformada num Projeto de Assentamento ou vocês que moram em um Projeto de Assentamento e precisam de estradas, créditos, escolas... não fiquem de fora, se organizem e venham lutar por seus direitos. (Fetagri, 1997)

No dia 9 de novembro de 1997 começaram a chegar os primeiros caminhões, cheios de homens, mulheres, crianças e mantimentos. A área em frente à sede da SR 27/E, chamada de Agrópolis Amapá, um espaço grande com várias árvores e sem prédios, foi “loteada” entre os sindicatos e, na medida que as delegações dos municípios chegavam, escolhia-se uma área e montavam-se as barracas. A distribuição das barracas por municípios tinha uma dupla função: permitir o controle e distribuição dos alimentos, já que cada sindicato se responsabilizaria pela alimentação de seus filiados, e facilitar as reuniões e assembléias que iriam ser feitas durante o período de negociação. Também permitia uma sensação de maior segurança, na medida que a maioria das pessoas se conhecia por ser do mesmo município e alguns, da mesma comunidade. Tal como descrito por Sigaud (2000), no caso dos acampamentos em Pernambuco, as bandeiras (da Fetagri e do MST) e as barracas davam uma “cara” para a manifestação.²⁰

Uma das primeiras providências tomadas pelos dirigentes foi a formação de comissões, visando um bom funcionamento do acampamento. Procurou-se envolver o máximo possível de pessoas de todos os municípios presentes. Foram formadas comissões com diferentes funções, que iam desde a organização da distribuição de água e alimentos, segurança interna do acampamento, atividades de formação e cultural, atendimento de saúde, até a elaboração de documentos como a pauta de negociação e os acordos a serem firmados.

²⁰ Além das bandeiras grandes que ficavam em destaque no acampamento, foram confeccionados milhares de bandeirolas, camisetas e bonés, utilizados nas passeatas e nos momentos de negociação. As camisetas, bonés e bandeirolas faziam parte de um kit acampado.

As comissões, além de facilitarem a organização das atividades no acampamento envolvendo agricultores de todos os municípios, permitiam aos organizadores um forte controle dos acontecimentos. Havia uma preocupação em fazer com que as pessoas se sentissem participantes e responsáveis pela ação. Após a chegada das famílias e a montagem do acampamento, uma minicidade de lona começa a funcionar. Almeida descreve a montagem dos acampamentos da seguinte maneira:

Todo acampamento é a mesma história. Uma cidade de lona é erguida às margens da Transamazônica, no pátio do Incra. Homens, mulheres e crianças chegam dos projetos de assentamento de todos os municípios do sudeste do Pará. Na cidade coberta de lona preta, a manutenção é garantida com os mantimentos trazidos da roça. Para cuidar da saúde, segurança, negociação com as instituições, alimentação, infra-estrutura, comunicação são escolhidas comissões. As barracas são montadas por assentamento ou município. Como é inviável uma reunião com 10 mil pessoas, nem todo mundo participa das negociações. (Almeida, 2006, p.118)

Nem todos participavam das reuniões de negociações, mas todos eram informados por meio de pequenas reuniões nos barracos, assembléias gerais do acampamento e da divulgação massiva na *Rádio Cipó*.²¹ Segundo o relatório do acampamento de 1997, durante os quase vinte dias de acampamento foram realizadas 38 assembléias para discussão do processo de negociação, cinco reuniões do fórum de mulheres e nove atividades, como cursos de curta duração, palestras sobre temas específicos e debates temáticos.

A PAUTA DE REIVINDICAÇÃO: ESPAÇO DE NEGOCIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE

A pauta foi o produto de um lento e intenso processo de negociação entre os agricultores assentados, as entidades de representação e os apoiadores dos acampamentos. Durante vários meses, as lideranças sindicais regionais e entidades de apoio reuniram informações detalhadas sobre a situação dos assentamentos já constituídos, as áreas ocupadas, as fazendas com

²¹ A *Rádio Cipó* era um palco com um sistema de som improvisado onde se revezavam locutores e animadores culturais (também improvisados). Os locutores anunciavam constantemente os acontecimentos, o andamento das negociações e informações úteis aos acampados. Em frente ao palco funcionava quase permanentemente uma grande pista de dança. A *Rádio Cipó* foi uma criação de Amarildo Gomes Pereira e seu principal locutor, fundador da CPT de Tucumã, região de fronteira no sul do Pará. Após vários anos de atividade na CPT de Conceição do Araguaia e Tucumã, Amarildo Gomes Pereira mudou-se para Belo Horizonte onde lecionava numa universidade particular. Em 14 de janeiro de 2006, numa de suas viagens anuais para visitar o sul e sudeste do Pará, Amarildo Gomes Pereira, o criador da *Rádio Cipó*, faleceu vítima de acidente de ônibus em que viajava.

características passíveis de inclusão no programa de reforma agrária e a infra-estrutura dessas áreas. Esse conjunto de informações alimentou a reflexão sobre os conflitos fundiários e a política de reforma agrária do governo, e foi a base para a elaboração da pauta dos acampamentos. Os seminários municipais e os encontros regionais foram espaços não só de levantamento de informações, mas também de afirmação de identidades. Os termos “posseiros” e “trabalhadores rurais” foram sendo substituídos por “sem-terra”, “agricultores familiares” e “assentados”. Em torno da pauta se constituía o campo de disputa pelos recursos governamentais dirigidos para a região.

A pauta era composta de *questões gerais e específicas*. No item *questões gerais* reuniam-se um conjunto de condições que os acampados exigiam para que as negociações das *questões específicas* fossem iniciadas. As *questões específicas* formavam um conjunto de reivindicações que iam desde as diferentes modalidades de crédito até políticas sociais. A pauta era dirigida a diferentes órgãos da administração federal e estadual: Instituto de Terras do Pará (Iterpa), Banco do Brasil (BB) e Banco da Amazônia (Basa), Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ministérios etc., exceto no caso do primeiro acampamento, momento em que se voltava especificamente ao Incra.

Algumas das condições impostas pelas questões gerais das pautas davam a noção do nível de radicalidade da ação. No acampamento de 1997, por exemplo, as principais reivindicações eram: demissão do superintendente; acesso a informações sobre o orçamento do órgão e manutenção do tamanho do lote em 50 hectares. As questões específicas só foram negociadas quando essas condições gerais foram atendidas. Nos anos subseqüentes, além de novas exigências, a parte geral da pauta de reivindicação serviu também como espaço de denúncia de irregularidades nos processos de desapropriação, desvio de recursos nas obras de infra-estrutura e favorecimento de empreiteiras. Em 2000, outro superintendente foi demitido em função das denúncias formuladas pelos organizadores do acampamento.

As questões específicas da pauta eram compostas por reivindicações que diziam respeito à programação operacional do Incra, ou seja, a alocação de recursos para todas as atividades relacionadas à implantação e consolidação dos assentamentos. Nessa parte da pauta, apresentavam-se reivindicações como solicitação de vistorias de fazendas, arrecadações de terras, desapropriações, créditos nas diferentes modalidades e recursos para infra-estrutura. No primeiro acampamento, em 1997, as reivindicações foram direcionadas ao Incra e se concentravam nas questões das vistorias de áreas ocupadas e não ocupadas totalizando 121 áreas; desapropriações, desconstituição e criação de projetos de assentamentos; crédito para infra-estrutura, habitação,

fomento, alimentação e Proceara. Nesse ano, a pauta do MST foi entregue ao Incra em separado. Nela havia questões específicas para os assentamentos sob sua coordenação, valor da desapropriação de fazendas, aquisição de lotes adicionais para complementar as áreas do Projeto de Assentamento (PA) 17 de Abril, cesta básica para alguns acampamentos, criação do PA Palmares, documentação dos assentados do PA 17 de Abril (carteira de identidade e CPF), liberação de créditos e fiscalização de obras.

O acampamento de 1997 abriu um ciclo de disputa em torno das políticas governamentais em diferentes níveis. O Incra continuou sendo o principal interlocutor do movimento sindical e do MST, mas outras frentes de negociações foram se abrindo e o leque temático das pautas dos acampamentos se ampliou. O impacto do conjunto de ações realizadas durante o período do acampamento revelou novos atores e fez emergir novos temas. Além dos órgãos federais como o Incra, vários outros de abrangência regional, estadual e municipal passaram a ser demandados a partir de temáticas incluídas na pauta. Nesse sentido, o campo de negociação bem como o dos conflitos se ampliou (Scribano, 2003). Essa tendência se verificou nos acampamentos dos anos seguintes.

As reivindicações direcionadas ao Incra foram organizadas de acordo com as próprias diretorias e setores do órgão. Dessa forma, a pauta apresentava um conjunto de reivindicações direcionadas ao setor fundiário como desapropriações; manutenção do tamanho do módulo para reforma agrária (o menor seria de 25 e o máximo de 100 hectares); convênio para assessoria e assistência jurídica; resposta às denúncias de superfaturamento nos casos de desapropriações e cancelamento da titulação de áreas que não tiveram acesso a todos os benefícios da reforma agrária.

Ao setor fundiário apresentava-se a demanda e a situação das áreas para reforma agrária. A partir dos dados das pautas de reivindicações, as áreas poderiam ser classificadas como: áreas para vistorias (todas as fazendas que, por algum motivo, eram avaliadas pelo movimento sindical e pelo MST como passíveis de desapropriação); áreas em vistoria (todas aquelas em que o Incra já iniciara o processo de vistoria, mas que se encontravam com processos inconclusos); áreas em instrução (as que estavam em processo de negociação, por exemplo, as áreas onde a jurisdição do Incra e Iterpa se sobrepunham); áreas em processo de desapropriação (aquelas cuja desapropriação já havia sido decretada e anunciada e as áreas encaminhadas para desapropriação); áreas com decreto (em avaliação para lançamento de TDA,²²

²² Título da Dívida Agrária (TDA) é um título de responsabilidade do Tesouro Nacional, emitido para a promoção da reforma agrária, exclusivamente sob a forma escritural, custodiado na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). É um título de rentabilidade pós-fixada pela variação da Taxa Referencial do Banco Central (TR). <http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=mtvm_tda>.

com decreto para lançamento de TDA e criação de assentamento); áreas em ajuizamento ou ajuizadas (com tramitação para criação do projeto de assentamento já resolvida). O quadro abaixo mostra a situação no momento de cada acampamento, considerando essa classificação.

Quadro 2: Situação das áreas para reforma agrária no momento dos acampamentos

Ano	Vistórias	Em vistória	Instrução	Desapropriações	Com decreto	Em ajuizamento
1997	78	sd	sd	50	sd	9
1999	38	70	58	48	54	5
2000	15	sd	sd	37	42	sd
2001	80	sd	16	99	9	4
Total	211	70	74	234	105	18

Fonte: CPT e Fetagri (1997, 1999, 2000 e 2001), adaptado livremente pelo autor.

O número de solicitações de vistórias em cada acampamento revelava o passivo da reforma agrária e da situação conflituosa em que a região estava imersa. Dados do Incra (2004) mostraram que, entre 1997 e 2001, foram criados 239 projetos de assentamento na jurisdição da SR 27/E. Segundo a mesma fonte, nos dez anos anteriores (1986-1996) haviam sido criados apenas 86. Percebe-se, portanto, um incremento muito forte no número de assentamentos na região. A forte mobilização dos agricultores organizados em torno do movimento sindical e do MST foi decisiva para esse incremento.

Duas questões merecem ser destacadas em relação às áreas pleiteadas para reforma agrária. A primeira é que boa parte delas já estava ocupada, portanto, em situação de conflito. A segunda é que havia uma forte pressão contrária ao avanço da reforma agrária na região. A terra era, e ainda é, um recurso em disputa por diferentes atores como fazendeiros, empresas agropecuárias, mineradoras e florestais, especuladores e os milhares de agricultores sem-terra. Cada um deles exerce uma pressão diferente sobre o governo. O movimento sindical e o MST exercem essa pressão pela mobilização de sua base social. Esse não é seu único recurso de pressão. Como vimos anteriormente, parlamentares, entidades e outros setores da sociedade se manifestaram em apoio, mas certamente sua base social e suas ações são o instrumento mais poderoso.

As reivindicações direcionadas ao setor de assentamentos responsável, dentre outras coisas, pela liberação dos créditos somavam grandes volumes de recursos, distribuídos entre as diferentes modalidades de crédito, como mostra o quadro a seguir. Em geral, os recursos destinados pelo governo para a Programação Operacional de cada ano eram muito inferiores à demanda das pautas.

Quadro 3: Volume de recursos solicitados nos acampamentos de 1997, 1999, 2000 e 2001 pelo movimento sindical e MST

Tipo de crédito	Ano do acampamento (em R\$)			
	1997	1999	2000*	2001
Procerá	47.265.000,00			
Alimentação	2.633.980,00	9.645.200,00		
Fomento	4.663.480,00	22.561.275,00		
Habitação	12.962.000,00	64.940.000,00	615.500,00	
Apoio			4.900.000,00	21.596.400,00
Instalação			19.378.800,00	58.827.500,00
Capacitação			600.000,00	0,00
Assistência técnica				7.144.011,74
Investimentos e obras	36.012.530,54	163.463.400,00	12.100.000,00	196.731.350,00
Demarcação		11.986.100,00	4.338.400	8.619.600,00
Total	103.536.990,54	272.595.975,00	41.932.700,00**	292.918.861,74

Fonte: CPT e Fetagri (1997, 1999, 2000 e 2001).

* Mudança na denominação dos créditos.

** O autor não encontrou, nos documentos analisados, uma explicação para o baixo montante de recursos nesse ano.

Os maiores volumes de recursos reivindicados foram para infra-estrutura e obras nos assentamentos. A pouca capacidade de investimento dos municípios associados aos problemas de ordem política foram fatores que afetaram negativamente a realização de obras de infra-estrutura nos assentamentos. São raros os municípios que realizaram grandes obras direcionadas para o meio rural. Dentre eles, pode-se citar Parauapebas (cuja maior capacidade de investimento se explica pela fatia de recursos recebidos da Companhia Vale do Rio Doce, por meio de *royalties* da atividade mineradora) e Itupiranga, devido à aproximação entre os prefeitos e o movimento sindical de trabalhadores rurais, mediada pela Igreja Católica: pelo menos dois prefeitos que mantinham estreita relação com o movimento sindical foram ex-militantes da pastoral. Além dos itens mencionados anteriormente direcionados ao Incra, a pauta dos acampamentos de 1999, 2000 e 2001 apresentava três novas reivindicações: a contratação de nove equipes do projeto Lumiar, que haviam sido apresentadas na Programação Operacional de 1998, e trinta novas pela Programação Operacional 1999, além da contratação de cinco supervisores externos para o programa Lumiar;²³ liberação de recursos para implantação do Pronera em 21 assentamentos;²⁴ expedição de declarações

²³ Programa de Assistência Técnica aos Assentados.

²⁴ O Pronera seria implantado numa parceria entre o movimento sindical, o MST e uma equipe de professores do campus universitário do sul e sudeste do Pará da Universidade Federal do Pará.

para auxílio-maternidade e aposentadoria, a partir da criação do projeto de assentamento. Dessa forma, temas como assistência técnica, educação rural e políticas sociais começaram a fazer parte da pauta de negociação. A diversificação temática da pauta introduziu novos atores no campo da negociação como a universidade, no caso do projeto Pronera e do projeto Lumiar, as prestadoras de serviço, no caso da assistência técnica, e o INSS, no caso da Previdência Social. Em todos os acampamentos, exceto o de 1997, foram realizadas negociações com o governo do estado, com o Basa e com o INSS.

As reivindicações dirigidas ao governo do estado estavam relacionadas a questões como a situação jurídica dos antigos títulos de aforamento, visando disponibilizar as áreas destes para o programa de reforma agrária; criação de projetos de assentamento em áreas de jurisdição do estado pelo convênio entre o Incra e o Iterpa; incentivo para implantação de agroindústrias familiares, redução de tarifas de energia para atividades agroindustriais e estudo de viabilidade de áreas para desenvolvimento de agroindústrias (zoneamento de potencialidade). Sobre a assistência técnica: criação de um fundo de assistência técnica e revitalização da assistência técnica estatal, ou seja, apoio ao funcionamento da Emater; sobre a educação: implantação de escolas de 5ª a 8ª série na área rural, no sistema modular, sob a responsabilidade do Estado, transporte escolar, destinação de recursos por meio de convênios para as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), criação de uma escola agrotécnica em Marabá e qualificação de professores; sobre o ecoturismo: destinação de recursos para um programa de capacitação e formação de agricultores familiares nessa atividade.

Em torno de alguns desses temas desenvolveu-se uma dinâmica própria envolvendo os atores concernidos, como foi o caso da educação do campo²⁵ e da assistência técnica. Encontros, seminários e outras atividades foram desenvolvidos, visando aprofundar e consolidar ações direcionadas para essas temáticas. Fortaleceu-se o movimento em torno da implantação de Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), ampliou-se o Pronera, inclusive no 2º grau, e diversificaram-se as atividades do MST na educação do campo. O movimento sindical priorizou a implantação de EFAs e o Pronera; o MST, a discussão em torno da formação desenvolvendo ações para consolidar a educação do campo em diferentes níveis. Além das atividades no ensino fundamental, o MST assinou convênios com a Universidade Federal do Pará para a criação de cursos de graduação adaptados metodologicamen-

²⁵ Foi criado um Fórum Regional de Educação do Campo que congrega representações dos movimentos sociais, universidade, prefeituras e outras instituições. Nesse Fórum são discutidas propostas de educação, desde o ensino fundamental até a graduação. O projeto político pedagógico da Escola Agrotécnica Federal de Marabá foi discutido e elaborado no âmbito desse Fórum.

te e filosoficamente à questão do campo, como foram os casos do curso Pedagogia da Terra (campus de Belém) e Agronomia (campus de Marabá).

Apesar da reivindicação de revitalização da Emater, a ação do movimento sindical foi na direção de fortalecer o programa de assistência técnica aos assentados por meio do projeto Lumiar,²⁶ que reforçou uma assistência técnica pública não estatal. Em 2005, já havia dez prestadoras de serviços (assistência técnica não estatal) atuando na região sul e sudeste do Pará. O corpo técnico dessas prestadoras era formado por 311 profissionais de nível médio e superior com diferentes formações, cuja indicação era prerrogativa das entidades representativas dos agricultores. Segundo Oliveira et al. (2005), dentre os principais profissionais contratados pelas prestadoras de serviços encontravam-se agrônomos(as), assistentes sociais, pedagogos(as), engenheiros(as) florestais, geógrafos(as), licenciados(as) em letras, licenciados(as) em ciências agrárias, administrador(a) de empresa, sociólogos(as), zootecnistas e técnicos(as) em agropecuária.

Como vimos, o processo de elaboração das pautas de reivindicação envolveu um grande número de pessoas e instituições. O conteúdo das pautas se modificou ao longo dos anos, apesar de manter um núcleo central direcionado para a política de assentamento. Esse fato não foi um mero detalhe. A política de assentamentos ou de reforma agrária, como muitos preferem chamar, transformou-se no principal elo com outras políticas governamentais. Os assentamentos surgiram no cenário político regional como o aglutinador da ação do Estado em diferentes níveis. O governador do estado, os prefeitos e vereadores, os deputados estaduais e federais, os senadores, todos se mobilizaram de alguma maneira quando se tratava da política de assentamento. Os interesses nem sempre coincidiram, mas cada um se posicionava e buscava de alguma maneira influenciar simbólica ou concretamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação camponesa na segunda metade dos anos 90 foi fruto da articulação entre a experiência individual e coletiva acumulada em anos na luta de resistência ao latifúndio e novas formas de ação desenvolvidas por outros atores sociais. O aprendizado na relação com o MST foi um dos mais frutíferos. Apesar das diferenças de concepções políticas e de métodos de intervenção na realidade, esses atores sociais estabeleceram alianças para o enfrentamento de questões cruciais para a implantação da reforma agrária no sudeste paraense. Apesar de desenvolverem estratégias diferentes, tanto para a ocupação dos latifúndios quanto para o desenvolvimento dos assen-

²⁶ Recentemente pelo programa de Assessoria Técnica e Social aos assentados (Ates).

tamentos, o movimento sindical e o MST se unificaram e desenvolveram um repertório de ações coletivas (Tilly, 1981) que visavam ampliar o leque de reivindicações frente ao Estado.

O conceito de repertório de ação coletiva foi introduzido por Charles Tilly e considera que um dado grupo de atores sociais desenvolve um número limitado e específico de ações, que lhes são familiares e definidos em função de suas identidades e interesses (Tilly, 1981). Esse conceito permite pensar as ações coletivas como um processo de aprendizagem que depende também da relação que se estabelece com os aliados e os antagonistas (Tilly, 1984). Nesse sentido, nem todas as ações do repertório de uma época têm necessariamente um efeito positivo. Algumas delas podem ser abandonadas e outras reforçadas por um determinado período. Segundo Casarões (2008, p.2), citando Tilly (1986) e Traugott (1993), “os repertórios não representam necessariamente o conjunto de ações mais adequado em face de uma determinada situação, mas sim o mais factível dentre alternativas conhecidas”. A discussão conceitual de Tilly sobre repertório de ação coletiva nos impõe a reflexão sobre três importantes parâmetros: o primeiro é verificar se o repertório tem origem na interação com outros atores e se caracteriza um processo de aprendizagem; o segundo é confirmar se a ação tem uma frequência que permita caracterizá-la como rotina; e o terceiro é verificar se as ações são específicas e atendem a particularidades do grupo em questão.

No caso dos camponeses do sudeste do Pará, foi possível observar que os acampamentos foram escolhidos dentre as várias possibilidades de embate com o governo. A intensa divulgação de notas explicativas na imprensa sobre o porquê dos acampamentos e de contestação às notas oficiais do Incra visava apresentar o camponês como um importante ator social e portador de uma proposta de desenvolvimento. Havia um jogo intenso de legitimação e deslegitimação. Os acampamentos, além de terem surgido a partir de um aprendizado coletivo (do movimento sindical e do MST), serviram também como uma “vitrine” onde os camponeses se apresentavam para a sociedade regional. Havia uma preocupação de neutralizar a visão passada pelos seus antagonistas. Acampamentos em fazendas, órgãos públicos, margens de estradas e praças de cidades tornaram-se rotina a partir do início da década de 1990, tendo seu ponto máximo em 1997, com os grandes acampamentos. Os conteúdos das pautas analisados neste texto mostraram a vinculação direta das reivindicações com os problemas do campesinato regional, que vai além do problema da terra. Além disso, esta análise não faria sentido se o grupo analisado não representasse uma força coletiva relevante na região.

Não se sabia, ao certo, se a ação lograria sucesso. O avanço do processo de negociação com os representantes do Estado indicava onde concentrar mais esforços e onde recuar. A radicalização em alguns momentos era uma sinalização de descontentamento com os rumos do processo de negocia-

ção.²⁷ Apesar da reforma agrária estar no centro das reivindicações, as pautas de negociações iam além das questões relacionadas à terra e à produção agrícola. A análise das pautas mostra claramente uma preocupação com a infra-estrutura geral da região, educação em diferentes níveis, assistência social aos agricultores idosos e assistência técnica diferenciada para os assentados. No que se refere à assistência técnica diferenciada, os principais elementos apontavam para o rompimento com o modelo tecnicista e de transferência de tecnologia, e a inclusão das dimensões educativa, cultural, social e ambiental nos serviços de assistência técnica. Mesmo que não fosse uma proposta gestada localmente, já que uma assistência técnica com essas características começava a ser discutida em outras regiões do país e no âmbito do próprio governo, o movimento camponês regional assumiu essa assistência técnica como bandeira de suas lutas.

A amplitude da pauta de negociação se explicava não só pela relação que existe entre os espaços rurais e urbanos, mas também pela grande diversidade de situações em que se encontravam os camponeses da região. Alguns camponeses ocupavam, há mais de dez anos, áreas onde o governo estava criando projetos de assentamentos; outros estavam em áreas recém-ocupadas ou se encontravam em acampamentos, portanto, fora da terra. Essa diversidade de situações gerava também uma diversidade de necessidades. Um conjunto de reivindicações dava conta do grupo que não tinha nem a terra; outro estava orientado para aquelas situações onde existia uma infra-estrutura mínima, mas não se tinha apoio para a produção; outro conjunto de reivindicação dava conta de questões sociais como a aposentadoria. Podemos dizer que a luta dos camponeses se inscreve na luta mais geral da sociedade regional.

De forma voluntária ou não, se buscavam soluções para problemas maiores do que os que afetavam diretamente os camponeses. Discutia-se não só a reforma agrária, mas esta como ponto de partida para se chegar a uma sociedade regional diferente da que existia. O direito à terra era afirmado e reafirmado, mas junto com a terra uma constelação de outros direitos que impunham ao Estado demandas totalmente novas. Para atendê-las, o Estado precisava criar novos programas e políticas, e implantar regionalmente novas estruturas de administração e gestão. As pautas não apontavam apenas a necessidade de se criar e/ou ampliar programas e políticas governamentais, mas também de criar novos espaços de discussão e definição das prioridades regionais. Buscava-se assim uma forma diferente de participação nas decisões do governo. O discurso de gestão democrática dos sucessivos governos não era suficiente. O movimento camponês reivin-

²⁷ A certa altura do processo de negociação, as dependências do Incra foram ocupadas por milhares de pessoas. A saída das dependências do órgão dependia das concessões que o governo se dispunha a fazer.

dicava a possibilidade concreta de participar de espaços de decisão. Discutir a Programação Operacional na região passou a ser mais que uma mudança de instrumento de planejamento e gestão: tornou-se um espaço concreto de participação da sociedade local no planejamento das ações do Estado.

O repertório de ações coletivas dos camponeses, organizado pelas entidades representativas, principalmente os sindicatos, a Federação Regional e o MST, modificaram o sentido da reforma agrária nos anos 90: a democratização da terra era o objetivo principal da luta camponesa, mas a terra sem a assistência técnica, sem o recurso para a infra-estrutura e o crédito para a produção, sem a educação do campo, não era reforma agrária. Ela teria que ser garantia de qualidade de vida para os camponeses e para a sociedade. O desenvolvimento regional também assumiu um novo sentido. Os camponeses, por meio de suas ações, colocaram como possibilidade concreta um desenvolvimento diferente do protagonizado pelo grande capital, anos a fio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, R. H. *Araguaia-Tocantins: fios de uma História Camponesa*. Marabá: Fórum Carajás, 2006.
- ASSIS, W. S. *A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense*. Rio de Janeiro, 2007. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFRJ
- CASARÕES, G. *Guerrilha, poder e ação coletiva: uma análise dos repertórios populares no movimento Sendero Luminoso*. Disponível em: <<http://odebatedouro.org/casaroes78.html>>. Acessado em fev. 2008.
- COMERFORD, J. C. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/UFRJ, Núcleo de Antropologia Política, 1999.
- DA MATTA, R.; LARAIA, R. B. *Índios e castanheiros. A empresa extrativa e os índios do Médio Tocantins*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- DE REYNAL, V. *Agricultures em front pionnier amazonien, région de Marabá* (Pará, Brasil). Paris, 1999. 413p. Tese (Doutorado) em Tomo 1. 1. Institut de Agronomie de Paris-Grigon.
- EMMI, M. F. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. 2.ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999.
- ESTERCI, N. *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GUERRA, G. A. D. *O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no sudeste do Pará*. Belém: UFPA/NAEA, 2001.
- GUERRA, G. A. D.; ACEVEDO MARIN, R. E. Das associações de lavradores aos sindicatos de trabalhadores rurais – o caso do Pará. *Cadernos do CEAS (Salvador)*, n.126, mar./abr., 1990.
- HÊBETTE, J. *A resistência dos posseiros no Grande Carajás*. Belém: UFPA/NAEA, 1985.

- _____. O surgimento do programa CAT: a luta camponesa pela terra. In: HÉBETTE, J.; NAVEGANTES, R. S. (Orgs.). *CAT – Ano décimo: etnografia de uma utopia*. Belém: UFPA/CAT, 2000.
- _____. *O sindicalismo dos trabalhadores rurais na microrregião de Marabá*. 1997. (Mimeogr.).
- _____ et al. *Políticas públicas e acesso à terra no estado do Pará: o desafio da criação de um campesinato autônomo na fronteira (1995-2002)*. Belém, 2002. Relatório de pesquisa.
- _____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004. 4v.
- HÖHN, H. *A exploração de diamantes no Rio Tocantins*. Belém: SEICOM, 1996.
- HOMMA, A. K. O. et al. *A destruição de recursos naturais: o caso da castanha-do-pará no sudeste paraense*. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2000. (Doc. n.32).
- IANNI, O. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico: Pará. Rio de Janeiro, 2000.
- LEDESMA, M. P. Cuando lleguen los días de colera: movimiento sociales, teoria y história. *Zona Abierta*, 1994.
- LEROY, J-P. *Uma chama na Amazônia*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes/Fase, 1991.
- MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- MELUCCI, A. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MUSSUMECI, L. *O mito da terra liberta*. São Paulo: Vértice/Anpocs, 1988.
- OLIVEIRA, M. C. C. *Projeto Zone Atelier: eixo observatório regional da região sudeste do estado do Pará*. Marabá, 2003. Relatório de atividades, Lasat/Neaf/UFPA, p.10-1.
- _____ et al. Políticas de apoio à agricultura familiar e evolução do sistema agrário no sudeste do Pará. In: MOTA, D. et al. (Orgs.). *Agricultura familiar e abordagem sistêmica*. Aracaju: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção/J. Andrade, 2005. p.317-43.
- SIGAUD, L. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. *Novos Estudos Cebrap (São Paulo)*, 2000.
- SCRIBANO, A. Reflexiones sobre uma estratégia metodológica para el análisis de las protestas sociales. *Sociologias (Porto Alegre)*, v.1, n.1, jan./jun., 2003.
- TILLY, C. *Nineteenth-Century Origins of our Twentieth-Century Collective-Action Repertore*. Michigan: Press University of Michigan, 1981.
- _____. Social Movements and National Politics. In: BRIGHT, C.; HARDING, S. *State-making and Social Movements*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1984.
- _____. *The Contentious French*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 1986.
- TOURAINÉ, A. A sociologia da ação. Uma abordagem teórica dos movimentos sociais. São Paulo. *Anais do seminário. O retorno do ator*, 1999.
- TRAUOGOTT, M. *The French Worker. Autobiographies from the Early Industrial Era*. Berkeley: University of California Press, 1993.
- TURA, L. R. *Gritos do campo: reconhecimento político e exercícios de cidadania no Pará*. Rio de Janeiro, 1996. 146p. Dissertação (Mestrado) – IFCS/PPGS/UFRJ.

Documentos consultados

FETAGRI. Carta da Fetagri aos STRs de 16 out. 1997.

CPT e FETAGRI. Acampamento dos Trabalhadores Rurais na Superintendência do Incra de Marabá. Marabá, período de 9 a 25 nov.1997. (Dossiê, 191p.)

CPT e FETAGRI. Acampamento dos Trabalhadores Rurais na Superintendência do Incra de Marabá. Marabá, período de 26 abr. a 15 maio 1999. (Dossiê).

CPT e FETAGRI. Acampamento dos Trabalhadores Rurais na Superintendência do Incra de Marabá. Marabá, período de 16 a 28 jul. 2000. (Dossiê).

CPT e FETAGRI. Acampamento dos Trabalhadores Rurais na Superintendência do Incra de Marabá. Marabá, mar. 2001. (Dossiê).